

J. L. AUSTIN E OS ATOS DE FALA EM DIFERENTES DOMÍNIOS DE ESTUDO DA LINGUAGEM

Karla Cristina dos Santos – UNICAMP/FAPESP

0 Introdução

Algumas formas de apropriação dos conceitos austinianos mostram que a influência desse autor tem produzido resultados diferentes, e até opostos, dependendo de como se consegue lidar com as supostas incompletude e imprecisão de seu pensamento. É a presença simultânea da tradição e da inovação que possibilita à *How to do things with words* (AUSTIN, 1976) despertar tanto interesse e, ao mesmo tempo, permitir que seu(a)s herdeiro(a)s se apropriem dessa herança de formas tão díspares.

John Searle e Jacques Derrida são os protagonistas de um acirrado debate sobre a teoria austiniana, que se inicia com a resposta de Searle ao ensaio “Assinatura acontecimento contexto” (DERRIDA, 1991a). Em “Reiterating the differences: a replay to Derrida”, Searle (1977) parte em defesa de Austin e critica alguns pontos da argumentação derridiana sobre os atos de fala. Derrida responde às críticas de Searle no polêmico artigo “Limited inc a b c.” (DERRIDA, 1991b) e no posfácio “Em direção a uma ética da discussão” (DERRIDA, 1991c).

Tendo em vista essa divergência, Searle e Derrida encabeçam duas formas distintas de lidar com as idéias de Austin, das quais podemos extrair concepções diferentes do que seja teorizar sobre a linguagem e, subjacente a isso, do que se possa entender como ciência. Ao passo que Searle procura sistematizar e adaptar os conceitos austinianos à tradição, Derrida busca desconstruir certos pontos dessa proposta e, conseqüentemente, desconstrói também alguns fundamentos da ciência. A análise proposta a seguir tem por base essa oposição. No primeiro grupo, liderado por Searle (1994), estão os autores que se apropriam dos atos de fala pela via searleana e que têm por característica em comum a tentativa de sistematização dos atos de fala, entre eles, Coulthard (1985), Ellis (1994), Dik (1997a, 1997b) e Gumperz (1982).

Ao investigarmos esses autores, percebemos nas suas tentativas de sistematização alguns traços de cientificismo. Como afirma Japiassu (1975, p. 93), o cientificismo “jamais se revelou como uma *doutrina* explícita, mas como uma *atitude* ‘espiritual’ comum a várias doutrinas”. Dessa forma, investigaremos como essa atitude deixa seus traços no trabalho com atos de fala em diferentes campos de estudo. Para isso, propomos o estabelecimento de cinco traços principais:

- (1) *Universalidade*: o conhecimento científico deve ter em vista valores como verdade, realidade, objetividade, neutralidade, imparcialidade. Como afirma Japiassu (1975, p. 83), “o conhecimento “verdadeiro”, também chamado de real ou de “objetivo”, deve ser universal, quer dizer, válido em todo tempo e lugar, independentemente das condições sociais e das formas culturais”.
- (2) *Racionalismo*: o fundamento do conhecimento científico é a razão. O cientificismo defende, segundo Japiassu (1975, p. 84), a “supremacia da razão e do intelecto sobre todos os demais aspectos da experiência e das capacidades humanas”. É do racionalismo que se origina a idéia da consciência autônoma do sujeito pensante e também a noção de intencionalidade.
- (3) *Método experimental*: para ter validade epistemológica é necessário que um conhecimento possa ser submetido a teste empírico, à experimentação. A pesquisa deve ser realizada de forma que possa ser observada, avaliada e repetida por outras pessoas, seja em condições de experiências em laboratórios ou através de observações dirigidas de fatos naturais ou de situações reais. Segundo Japiassu (1975, p. 84), o método experimental, aliado à dedução, “é o único instrumento particular da Razão humana”. Isso significa que é possível admitir o caráter empírico de alguns dos nossos conhecimentos, sem por isso defender a experiência como o único fundamento possível. Nesse sentido, racionalismo e empirismo são complementares e não incompatíveis.
- (4) *Interpretações quantitativas*: a abordagem científica deve envolver índices, indicadores, variáveis, frequências, análise estatística, probabilidade, amostragem de dados.

- (5) *Formalização*: os conhecimentos científicos devem ser formalizados, isto é, devem envolver sistematização, simplificação, idealização, o que requer a construção de conceitos, categorias, leis, modelos, teses, fórmulas.

As categorias propostas por Austin (1976), em *How to do things with words*, entre elas, os conceitos de performativo, ato da fala e ilocucionário, surgem de formas variadas nos autores desse primeiro grupo. Ao investigar as formas teóricas e/ou metodológicas de lidar com a categoria austiniana escolhida e as concepções de ciência subjacentes às escolhas feitas, acabamos por identificar esses traços de cientificismo na proposta de cada autor.

No segundo grupo, Derrida (1991a, 1991b, 1991c), Butler (1997) e Felman (2003) questionam alguns pressupostos cientificistas encontrados nas teorizações sobre os atos de fala.

1 Traços de cientificismo nas tentativas de sistematização dos atos de fala

Searle (1994), em *Speech acts*, desenvolve sua teoria dos atos de fala dentro do arcabouço da filosofia da linguagem, articulando-a a questões clássicas da semântica, como proposição, referência e predicação. Muitas das discussões no campo da filosofia da linguagem não se concentram em línguas particulares, mas na linguagem do ponto de vista universal. Dessa forma, o interesse de Searle é chegar a conclusões sobre os atos de fala, que sejam válidas para toda e qualquer linguagem, o que caracteriza a sua postura universalista, o primeiro traço de cientificismo que podemos identificar nesse autor.

Em várias partes de *Speech acts*, Searle compromete sua teoria com a noção de valor de verdade; a mesma que dá base à noção já apontada de ato proposicional, num movimento claramente contrário à proposta de Austin, que procura cada vez mais retirar a dimensão de verdade do ato de fala. Como afirma Rajagopalan (1990, p. 247): “Searle idealiza o conceito do ato ilocucionário e, contra Austin [...], traz para dentro de sua teoria a noção de ‘proposição’, o receptáculo atemporal, extralingüístico, do valor veritativo, já exorcizado por Austin”. A idealização do ato ilocucionário pode ser percebida neste trecho em que Searle define o seu objeto de análise: “Iremos tratar de atos ilocucionários muito simples, do tipo que envolve referência a um objeto singular (geralmente no proferimento de uma frase nominal singular) e a predicação de expressões simples” (SEARLE, 1994, p. 33). A mesma metodologia idealista está ainda mais evidente neste outro trecho:

Em resumo, tratarei apenas de um caso simples e idealizado. Esse método de construir modelos idealizados é análogo ao tipo de construção de teoria que ocorre em muitas *ciências*, por exemplo, a construção de modelos econômicos ou as descrições do sistema solar que tratam os planetas como pontos. Sem abstração e idealização não há sistematização¹. (SEARLE, 1994, p. 56; grifo nosso)

Nessa passagem, temos também uma amostra da preocupação de Searle em conferir à sua teoria um caráter de cientificidade. O autor apela para a tradição científica a fim de justificar a forma simplificada e idealizada como aborda o seu objeto, neste caso específico, o ato de *prometer*. Se analisarmos o trecho seguinte, em que Searle oferece uma definição resumida dos atos proposicionais e ilocucionários, veremos que essa atitude simplificadora pode sim ter consequências dentro de sua teoria: “Atos ilocucionários e proposicionais consistem caracteristicamente em proferir palavras em sentenças situadas em certos contextos, sob certas condições e com certas intenções” (SEARLE, 1994, p. 24-25). A princípio, temos aqui o estabelecimento da sentença como a unidade básica do ato de fala, estratégia para delimitar o objeto de análise. Em consequência, torna-se difícil ou quase impossível a missão assumida pelo autor: considerar, na análise do ato de fala, aspectos situacionais e intencionais, ou como ele próprio afirma, assumir que “atos de fala são realizados por falantes ao proferirem palavras, não por palavras” (SEARLE, 1994, p. 28). O que se percebe ao longo de *Speech acts* é uma análise do ato de fala em termos do proferimento de frases, que acabam por se desvincular dos sujeitos falantes.

¹ Todas as traduções, feitas neste artigo, dos originais em língua inglesa são de minha responsabilidade.

Uma propriedade que perpassa toda a argumentação searleana em torno do ato de fala é a intenção, já que o autor encara a linguagem como um comportamento intencional regido por regras (*rule-governed intentional behavior*). A intenção, na visão de Searle, é algo sempre possível de ser identificado, porque está ligada à significação dos elementos lingüísticos:

O falante pretende produzir um certo efeito ilocucionário, para que o ouvinte reconheça sua intenção de produzir esse efeito. Ele também pretende que esse reconhecimento seja obtido em virtude do fato de que o significado do item que ele profere convencionalmente associa-o com a produção desse efeito. (SEARLE, 1994, p. 60-61)

Nesse trecho, percebemos que a realização do ato de fala depende do reconhecimento da intenção do locutor por parte do interlocutor que, por sua vez, depende das regras semânticas (que nada mais são do que o significado literal). O significado e a intenção estão, portanto, na base de todo o mecanismo dos atos de fala, determinando até mesmo a sua força e seus efeitos. A abordagem da intenção proposta por Searle é, então, bastante diferente da abordagem austiniana e está pautada numa outra concepção de sujeito, que Rajagopalan e Arrojo (1992) chamam de “concepção ingênua”: “A concepção de sujeito que as reflexões teóricas de Searle abrigam, além de pressupor a possibilidade de um significado independente, também permite e prescreve a definição e até mesmo o resgate das intenções do emissor” (RAJAGOPALAN; ARROJO, 1992, p. 120). Essa concepção de sujeito como senhor do seu querer dizer tem relações com a postura cientificista, na medida em que se liga a uma certa racionalidade e ao estabelecimento da autoconsciência e auto-suficiência do sujeito cartesiano². A existência de uma consciência individual e autônoma em sua capacidade de conhecer o real é, como vimos, um ideal cientificista.

Podemos concluir que Searle (1994) propõe uma teoria dos atos de fala bastante formal e universalista, que se baseia na generalização a partir de certas regras da linguagem. Vejamos como as suas idéias influenciam os próximos autores em suas interpretações dos atos de fala.

Malcolm Coulthard (1985) está inserido numa vertente anglo-saxã da análise do discurso, cuja influência nos estudos conversacionais e nas teorias de aquisição de linguagem é de grande destaque. Em *An introduction to discourse analysis* (COULTHARD, 1985), o autor procura delimitar algumas questões centrais relativas à investigação do discurso falado no contexto situacional, enfatizando a importância da pesquisa empírica no estudo da linguagem em relação ao seu contexto. A teoria dos atos de fala, como uma proposta de discussão do significado, é apropriada por Coulthard (1985) porque fornece subsídios para uma discussão de como os enunciados são tomados pelos interlocutores em determinadas situações.

O traço de cientificismo mais marcante em Coulthard (1985) é a busca por tipologias universalistas de atos de fala, embora o autor defenda o estudo da fala situada. A proposta de Searle (1994) de se pensar num número limitado de atos ilocucionários desperta o interesse de Coulthard (1985), porque consiste num esquema analítico de interesse geral, adaptável à descrição de diversos atos ilocucionários. A opinião do autor é que somente se pode falar na possibilidade de diferentes atos serem realizados pelo mesmo enunciado se não se leva em consideração o contexto:

[...] uma dada solicitação indireta pode ser feita de ‘formas ilimitadas’ apenas se considerada em isolado. Na realidade, as restrições do discurso precedente, o tópico em curso, os fatos da situação e as intenções do falante atual para o progresso do discurso subsequente irão todos reduzir a escolha enormemente” (COULTHARD, 1985, p. 30)

A teoria dos atos de fala searleana tem um peso maior para Coulthard (1985) justamente porque ela atende ao ideal de teoria desejado pelo autor. Esse ideal é cientificista na medida em que busca universalidade, objetividade, sistematicidade ao mesmo tempo em que propõe métodos empíricos, que possibilitem o acesso a uma suposta realidade natural de fala. Como veremos, a

² A filosofia racionalista de Descartes (1596-1650) defende o caráter original da razão como autoconsciência do sujeito e base para o conhecimento de todas as verdades possíveis.

aplicação paradoxal de categorias analíticas universais a dados de fala situada é uma postura teórico-metodológica recorrente nos próximos autores analisados.

A influência de Searle é também notável na interpretação dos atos de fala proposta por Rod Ellis (1994), considerado um nome de grande destaque no campo dos estudos de aquisição de segunda língua (L2). Ellis (1994) utiliza os atos de fala como um importante subsídio para a discussão dos aspectos pragmáticos do aprendizado de línguas, tendo em vista a forma como a linguagem é usada no contexto com propósitos comunicativos. Atos de fala, para Ellis (1994), são basicamente as funções interpessoais da linguagem, como demonstrado nesta definição: “Atos de fala constituem tentativas, por parte dos usuários da língua, de realizar atos específicos, em particular, funções interpessoais tais como cumprimentos, desculpas, solicitações e reclamações” (ELLIS, 1994, p. 159).

Ellis (1994, p. 162) apresenta uma interessante discussão sobre os métodos de pesquisa para o estudo de atos ilocucionários no aprendizado de línguas. Alguns exemplos de metodologia empregada no estudo das intuições dos falantes sobre como realizar atos específicos, como solicitações, desculpas e recusas, em diferentes situações, são: o uso de questionários, as encenações e a observação de situações reais de fala. Devido à dificuldade de obter dados de situações reais, essa última metodologia raramente é empregada, prevalecendo as investigações a partir de situações induzidas. Como as situações são, em grande parte, induzidas, ou seja, montadas de forma a exigirem a realização de um ato específico, e o ato ilocucionário sob investigação é definido previamente, podemos concluir que ocorre, de fato, uma idealização muito grande da pesquisa e do conceito de ato ilocucionário.

Todas essas tentativas metodológicas sofrem restrições por tentarem submeter os falantes a situações de teste e a métodos controlados com o intuito de estudar a língua falada e o seu uso real. A preocupação com o método experimental surge, então, como o principal traço de cientificismo presente na abordagem de Ellis (1994). Para chegar a conclusões acerca do uso de atos ilocucionários em interlínguas é necessário testá-los em situações que imitem ao máximo a realidade. Aliada a essa experimentação, está a formalização, a idealização dos atos ilocucionários, que precisam ter sua classificação definida (em *solicitações*, *desculpas* e *recusas*) para serem repetidos nas situações de teste.

Um exemplo de apropriação funcionalista dos atos de fala está presente no modelo de gramática funcional proposto por Simon Dik (1997a e 1997b) em *The theory of functional grammar Pt. I e II*. Ao conceber a gramática funcional como estando incluída numa teoria pragmática mais ampla da interação verbal, o autor defende a investigação das regras e princípios que governam o uso das expressões nas situações de fala.

O conceito de ato de fala é relevante para o funcionalismo porque propicia um entendimento dos enunciados da linguagem como algo mais que simples proposições descritivas: “Como Austin (1962) e Searle (1969) têm argumentado convincentemente, nós não nos comunicamos expondo proposições, mas realizando atos de fala interpretáveis como instruções de S para A³, a fim de realizar certas ações mentais com respeito ao conteúdo da proposição” (DIK, 1997a, p. 299). Até aqui, pelo menos um traço de cientificismo fica evidente: o racionalismo. Semelhante a Searle (1994), para Dik (1997a), o usuário natural da linguagem (UNL – *Natural Language User*, *NLU*) tem, além das capacidades lingüística, perceptual e social, também uma capacidade epistêmica e lógica. Na visão de Dik (1997a), a mente do UNL é como um computador. Possuindo esse instrumento, ele tem pleno poder sobre o processo comunicativo: “o UNL não apenas sabe o que dizer, mas também como dizer isso a um parceiro comunicativo particular, numa situação comunicativa particular, para obter propósitos comunicativos particulares” (Dik, 1997a, p. 1-2). Tanto o significado quanto a intenção estariam, dessa forma, sob o total controle do UNL.

Dik (1997b) propõe um recorte metodológico que se concentre na força ilocucionária como codificada na expressão lingüística. Segundo ele, a interpretação pragmática (intenção comunicativa do falante e interpretação do ouvinte) não será tratada pela gramática, mas sim por “uma teoria da interação verbal mais ampla, que explique como expressões lingüísticas com dadas propriedades podem ser usadas para obter diferentes fins comunicativos” (DIK, 1997b, p. 229). O que segue, a partir deste ponto em sua obra, é a análise de uma série de sentenças (ou de fórmulas de sentenças) isoladas de qualquer contexto.

³ S representa o falante (*speaker*) e A significa destinatário (*addressee*).

Além desse recorte, os universais lingüísticos, as constatações pertinentes ao conjunto total das línguas naturais, também estão entre os conceitos básicos da teoria lingüística que, segundo Dik (1997a e 1997b), entram na composição da gramática funcional. Esse pressuposto teórico leva-o a se interessar pelo desenvolvimento de uma “teoria ilocucionária geral” (*general illocutionary theory*) (DIK, 1997b, p. 237), que tem como ponto de partida os tipos básicos de sentenças distinguidos nas línguas naturais. Para o autor, todas as línguas têm um número restrito de tipos de sentenças, tais com declarativa, interrogativa e imperativa. Esses seriam os tipos básicos de funções ilocucionárias, os quais formam o coração do sistema ilocucionário gramaticalizado nas línguas naturais.

Portanto, o autor simplifica o conceito de força ilocucionária a fim de adaptá-lo ao estudo gramatical, mas deixa para o contexto as determinações mais específicas da força de um enunciado. A formalização é, desse modo, um traço marcante de cientificismo presente na análise proposta por Dik (1997a, 1997b), que investe no estabelecimento de regras, princípios e fórmulas para o estudo da ação no nível sintático. O universalismo é outro traço bastante característico dessa abordagem, devido ao interesse pelas propriedades universais das línguas humanas, mesmo no que diz respeito aos atos de fala.

Na obra *Discourse Strategies* (GUMPERZ, 1982), John Gumperz (1982), referência clássica no que diz respeito aos estudos da linguagem em relação à sociedade, propõe uma teoria geral das estratégias de discurso que possibilitam o entendimento conversacional. Para o autor, o entendimento entre os interlocutores pressupõe um envolvimento conversacional, que, por sua vez, exige um conhecimento lingüístico e sociocultural compartilhado. Os atos de fala são incluídos na proposta teórica desse autor devido ao seu caráter inovador em relação ao estudo do significado das expressões lingüísticas.

O interesse de Gumperz (1982) é a investigação dos elementos lingüísticos que contribuem para a interpretação do que está sendo feito na interação comunicativa. Sua hipótese é que “qualquer enunciado pode ser entendido de inúmeras formas e que as pessoas tomam decisões sobre como interpretar um dado proferimento baseadas em suas definições do que está acontecendo no momento da interação” (GUMPERZ, 1982, p. 130). Para o autor, o significado é avaliado em termos do que está sendo feito, do propósito ou objetivo que os participantes estão tentando atingir. Para investigar os processos interativos pelos quais os participantes negociam interpretações, o autor considera possível recorrer aos métodos tradicionais de testagem criteriosa e recursiva de hipóteses com informantes representativos.

Gumperz (1982) analisa uma série de situações de conversação em que ocorrem mal-entendidos ou divergências na interpretação dos enunciados. Uma das categorias sob investigação nestas situações experimentais é a força ilocucionária, entendida como a classificação do tipo de ato realizado na interação: *pergunta*, *solicitação* e *ordem* representam forças ilocucionárias identificadas pelos ouvintes tendo em vista certas pistas presentes na situação de conversação.

Embora o enfoque de Gumperz esteja na diversidade lingüística e cultural, o objetivo de se analisar eventos de fala particulares é chegar a uma “teoria geral de estratégias de discurso” (*general theory of discourse strategies*) (GUMPERZ, 1982, p. 3). Essa preocupação com uma teoria geral é marcante na argumentação de Gumperz (1982, p. 3-7), que fala ainda em “teoria pragmática geral”, “teoria geral de comunicação verbal” e “teoria geral da interação social e da evolução social”. A maior restrição sofrida pela proposta de Gumperz parece ser a possibilidade de se chegar a uma teoria geral sem desconsiderar a diversidade e a complexidade dos processos conversacionais. A diversidade cultural e lingüística vai sendo aos poucos desfigurada pelos traços de cientificismo que constituem suas escolhas metodológicas, como nesta proposta de testagem das estratégias de discurso:

Uma vez que tais estratégias são identificadas, torna-se possível testar nosso entendimento de seu significado e distribuição, construindo testes mais sistemáticos para serem usados com uma grande amostra de julgadores. Esses testes assumem a forma de paráfrases alternadas de episódios realísticos socialmente semelhantes, construídos com base em exemplos ocorridos naturalmente, que são registrados por bons imitadores familiarizados com as estratégias relevantes. Eles podem ser submetidos a amostras estratificadas étnica ou ocupacionalmente e os resultados são sujeitos a análise estatística do tipo usual. (GUMPERZ, 1982, p. 139-140)

A construção de testes sistemáticos e a análise estatística dos resultados de pesquisa são procedimentos típicos das ciências empíricas. No entanto, por mais que procurem imitar as situações de fala naturais, esses procedimentos produzem conclusões idealizadas e reducionistas, em geral cheias de casos *ad hoc*.

Essa dificuldade metodológica é enfrentada tanto por Gumperz (1982), quanto por Coulthard (1985) e Ellis (1994), autores que procuram descrever os atos de fala a partir de situações comunicativas reais. Searle (1994) e Dik (1997a, 1997b), embora considerem os enunciados da linguagem como instrumentos de comunicação, apostam em análises mais racionalistas (no sentido de oposição ao empirismo) e universalistas. Searle (1994, p. 13), por exemplo, se recusa a seguir “certos paradigmas ortodoxos de verificação empírica” e propõe o estabelecimento de caracterizações e regras lingüísticas a partir de suas intuições de falante.

No entanto, o estabelecimento de uma teoria geral não é um desejo restrito a Searle (1994) e Dik (1997a e 1997b). Como vimos, os outros autores também manifestam interesse em categorias de cunho universal, que possam ser aplicadas a situações específicas, bem como pretendem retirar conclusões gerais dos fatos particulares investigados. Autores como Coulthard (1985), Ellis (1994) e Gumperz (1982), que se propõem a estudar os processos conversacionais e interativos entre pessoas de línguas e culturas diferentes, procuram identificar as propriedades gerais desses processos, ou seja, os traços comuns da comunicação entre os seres humanos. O objetivo, na maior parte das vezes, é encontrar subsídios teóricos para lidar com problemas de comunicação. A idéia de que a grande contribuição da ciência da linguagem seria resolver os problemas da comunicação deve-se a uma certa racionalidade, que perpassa os argumentos de todos esses autores. Esses pressupostos racionalistas e universalistas estão na base de todo cientificismo, mais até que o empirismo. Portanto, é possível identificar pressupostos racionalistas em Coulthard (1985), Ellis (1994) e Gumperz (1982), apesar de suas análises empiricistas. Searle, sem dúvida, contribui enormemente para o estabelecimento dessa base racionalista do tratamento dos atos de fala, já que, como vimos anteriormente, ele vê a linguagem como um comportamento intencional regido por regras (SEARLE, 1994, p. 16) e aposta no pleno domínio dos falantes de uma língua sobre o sistema de regras que a tornam regular e sistemática (SEARLE, 1994, p. 13). Isso significa que os falantes têm domínio não apenas sobre sua intenção de significação, como, levando às ultimas consequências, sobre a explicação dos fenômenos lingüísticos.

O compromisso com a disciplina torna as apropriações de Austin no campo da lingüística bastante próximas das visões popperiana e kuhniana de ciência. Coulthard, Ellis e Gumperz, seguindo Popper (1982), privilegiam a ciência empírica, a experiência real, a prova e o método dedutivo, já que submetem a testes uma hipótese já formulada: a performance diferenciada de atos ilocucionários em diferentes línguas. Como poderia ter previsto Kuhn (2001), as novidades revolucionárias decorrentes da proposta austiniana são suprimidas pelos autores que fazem a “ciência lingüística normal”. Coulthard, Ellis, Dik e Gumperz tentam forçar os atos de fala a se encaixarem dentro dos limites preestabelecidos pelo paradigma, daí a simplificação, vista como necessária para disciplinar a idéia original de Austin. O que marca a apropriação searleana dos atos de fala é também o compromisso com a disciplina, a filosofia da linguagem. Isso significa compromisso com a proposição, a referência e a verdade.

Na seção seguinte, veremos como Derrida (1991b, 1991c) questiona esse *status* de Searle como herdeiro legítimo e como os argumentos derridianos propiciam outras formas de lidar com os atos de fala, que não se restringem à interpretação searleana.

2 Traços de desconstrução do cientificismo nas tentativas de problematização dos conceitos austinianos

Como vimos, em relação a Searle (1994, p. 56), o método de construir modelos idealizados é uma característica comum a muitas ciências. A idealização consiste, aproximadamente, em tomar um objeto de estudo, uma promessa, por exemplo, no que ele tem de mais perfeito, puro, excluindo as imperfeições. Um traço marcante da desconstrução empreendida pelo filósofo Jacques Derrida (1991b) é a crítica à idealização teórica e às exclusões metodológicas.

Derrida (1991b) argumenta que a idealização teórica é uma possibilidade decorrente da iterabilidade estrutural porque, para idealizar, é preciso extrair o objeto de uma suposta realidade a qual ele pertence, livrá-lo de seus componentes indesejáveis, reduzi-lo ao que ele tem de essencial e isso só é possível por meio de uma repetição alterada. Derrida demonstra isso através dos próprios argumentos de Searle. Para definir o que são “casos padrão de promessas” (SEARLE, 1977, p. 204), “promessas completas e claramente explícitas” e “promessas categóricas” (SEARLE, 1994, p. 56), Searle precisa pensar na promessa como uma categoria recorrente da qual se pode abstrair os traços mais característicos, e isso só é possível pela repetição. Como questiona Derrida (1991b, 124): “Que é que seria uma promessa ou uma declaração (*statement*) dita ‘*standard*’, se não fosse possível repeti-la, reproduzi-la e, por exemplo (exemplo de iteração em geral) imitá-la, reproduzi-la em cena ou, outro exemplo (grifo, exemplo diferente), numa citação”. O autor explica ainda que a iterabilidade torna possível e ao mesmo tempo limita a idealização porque não permite o estabelecimento de limites precisos entre uma coisa e o seu oposto, por exemplo, entre o que seria uma promessa pura e uma promessa impura. Para Derrida (1991b, p. 128), “um ato ‘padrão’ depende tanto da possibilidade de ser repetido, logo eventualmente minado, fingido, citado, representado, simulado, parasitado etc, quanto essa última possibilidade depende da possibilidade dita oposta”.

De acordo com Derrida (1991b, p. 128), a estrutura da iterabilidade também interdita a possibilidade da exclusão justamente porque apaga a simplicidade das oposições, das distinções alternativas, das ordens de sucessão ou de dependência entre os termos. Isso é demonstrado, segundo o autor, por meio de uma “crítica desconstrutiva explícita das oposições “sério/não-sério”, “literal/não-literal” e de todo o sistema das oposições conexas” (DERRIDA, 1991b, p. 96). Dessa forma, embora todo sistema de idealização e exclusão teórico-metodológica tenha como objetivo a seriedade, a sistematicidade e, portanto, a cientificidade, não há como escapar ao que se considera o oposto disso, que é a ficção, o não-sério.

Para Derrida, as exclusões metodológicas são determinadas por oposições de caráter hierarquizante. Ao contrário do que Searle (1977, p. 205) alega, elas não estão numa relação de dependência lógica, mas sim numa relação chamada por Derrida (1991b, p. 128) de axiológica, isto é, baseada em valores morais. Essa axiologia pressuposta nas oposições que dão origem aos chamados recortes metodológicos retira da teoria qualquer pretensão à objetividade e neutralidade.

De fato, como vimos nas análises de Searle a Gumperz, a preocupação metodológica é constantemente reafirmada. Apesar de todos os autores defenderem a necessidade de encarar a linguagem como uma atividade comunicativa situada num contexto, todos propõem algum tipo de idealização para o estudo dos atos de fala. As oposições norteadoras dessas escolhas metodológicas são, de forma geral, valores como oral/escrito, natural/induzido, situado/isolado, real/irreal. Para teorizar é preciso estabelecer uma distinção entre os conceitos teóricos e a vida real e como argumenta Derrida (1991c, p. 166), “se os primeiros são inadequados à segunda, excluem-se, pura e simplesmente, todos os fenômenos ditos ‘marginais’ de que não são capazes e na verdade não estão encarregados de dar conta”. A vida real permanece como um desejo inalcançável, que é frustrado pelo próprio movimento de teorização. A teoria pretende analisar o real (verdadeiro), mas é obrigada a excluir partes dessa realidade.

Derrida considera impossível e ilegítima a exclusão do contexto para fins de análise, como é feito por Searle (1994) e Dik (1997a, 1997b). Segundo o autor: “Pretender tratar do contexto como algo de que se pode fazer abstração para refinar a análise é envolver-se numa descrição que falta ao próprio *conteúdo* e *ao objeto* que pretende isolar: o contexto determina-os intrinsecamente” (DERRIDA, 1991b, p. 86). Por outro lado, Derrida não acredita na possibilidade de delimitação plena do contexto, que inegavelmente está pressuposta nos autores que vêem o contexto como solução para os enunciados ambíguos, como fica evidente na dificuldade apontada por Ellis (1994, p. 164) de obter informações sobre “o contexto de discurso total de atos ilocucionários específicos”. Na visão derridiana, o contexto é ilimitado.

Dessa forma, a desconstrução derridiana toca em alguns pontos críticos das propostas teóricas analisadas na seção anterior, como as noções de oralidade, comunicação, vida real e contexto. A desconstrução opera não no sentido de desconsiderar essas categorias, mas, pelo contrário, no sentido de levá-las às últimas conseqüências, a fim de demonstrar seus pontos fracos e as dificuldades que impedem os teóricos de tratarem essas noções com toda a seriedade que pretendem.

Em *The scandal of the speaking body*, Shoshana Felman (2003) desconstrói principalmente os valores ligados à racionalidade, à verdade e à consciência, ao articular a teoria do performativo com a psicanálise. Para Felman (2003), é inerente ao performativo a subversão da intencionalidade, da consciência e, portanto, da verdade, de sua própria verdade, porque alguma coisa é dita além do que se pretende dizer. A verdade, segundo a autora “é uma relação de perfeita congruência entre um proferimento e seu referente, e, de forma geral, entre a linguagem e a realidade que ela representa” (FELMAN, 2003, p. 13), não havendo assim espaço para excessos ou resíduos. O performativo é incompatível com essa concepção de verdade e referência. Na visão de Felman (2003, 51), tanto a teoria do performativo quanto a psicanálise vêem a linguagem não como uma declaração ou simples representação do real, mas como algo que atua dentro da realidade, num movimento dinâmico de modificação dessa realidade. Ambas não acreditam, portanto, na possibilidade de uma simetria perfeita entre ato e enunciado, mas na existência de um excesso referencial. Outra característica comum ao performativo e à psicanálise, segundo a autora, é o fato de acreditarem que a referencialidade só pode ser abordada através da dimensão da falha, do ato de falhar, que é um sintoma da subversão da consciência.

Para Felman (2003, p. 64-67), a consciência, filosoficamente situada no domínio da mente e do espírito, não pode ser dissociada do corpo falante. A linguagem, por sua vez, não pode ser vista exclusivamente como uma propriedade mental, mas como um ato corpóreo, indecidivelmente ligado ao prazer e ao desejo. Portanto, quando se fala em ato, subverte-se não só a consciência e a intencionalidade, como tudo o que se refere ao conhecimento, ao saber cognitivo.

Em *Excitable speech*, Judith Butler (1997), teórica feminista americana do gênero, da linguagem e do discurso, se apropria da noção de performatividade austiniana e da iterabilidade derridiana para discutir os aspectos constitucionais e políticos do debate sobre a fala de ódio (*hate speech*). Destacaremos aqui a crítica de Butler (1997, p. 92) ao ideal de soberania do sujeito, que se liga ao racionalismo. Para a autora, o ideal do sujeito soberano, que é um pressuposto das tentativas de regulação da fala de ódio, tem por base o desejo de remontar à origem do enunciado e está pautado na visão de sujeito auto-consciente, capaz de ser responsabilizado por seus atos. Butler (1997, p. 92) argumenta que quando se leva um enunciado a julgamento o grande objetivo é fixar seu significado. É possível reconhecer, então, no desejo de estabelecer uma continuidade entre a intenção, o enunciado e a ação o interesse de chegar à verdade. Essa pressuposição de uma causalidade moral entre o sujeito e seu ato é um caráter cientificista, como sua análise evidencia.

A crítica aos valores tradicionais ligados ao conhecimento e à razão é uma característica da desconstrução. Essa forma de encarar a teoria e o conhecimento, proposta pela desconstrução, está bem próxima da visão de ciência de Feyerabend (1977, 1979), principalmente no que diz respeito à defesa do anarquismo teórico, da proliferação de teorias e da subversão da razão. O anarquismo, em sua acepção filosófica, nada mais é que a negação do princípio de autoridade, a destruição da hierarquia, das leis, instituições e crenças. De fato, Derrida, Butler e Felman demonstram que, ao se quebrar o compromisso com o paradigma filosófico, acadêmico, com a disciplina e com a tradição, a linguagem pode ser explorada em toda a sua complexidade. Derrida, Butler e Felman destacam a possibilidade que as noções de performativo e de ação lingüística oferecem para a transgressão da ciência e da concepção tradicional de teoria.

Ciência, teoria, disciplina são termos que recuperam uma história de limitação do conhecimento, principalmente no que diz respeito à linguagem. Transgredir essa história significa refletir sobre os limites, propor a pluralização, a hibridização, a justaposição. Com o princípio do “tudo vale”, Feyerabend (1977, p. 9) negava o método científico e denunciava a deficiência da uniformidade e das regras universais que pretendem abraçar toda a realidade através da redução da diversidade. Para pensar na possibilidade de teorizar sem recorrer à idealização e à exclusão, para descobrir se a simplificação é mesmo inevitável, é necessário transgredir, no sentido de fazer diferente, produzir outros modos de teorizar, não propondo uma teoria ou um método alternativo (o que significaria limitar mais uma vez), mas um diálogo crítico e responsável. A desconstrução aponta um caminho ao evidenciar os pressupostos cientificistas, questioná-los em sua capacidade de lidarem com a linguagem e propor formas diferentes de pensamento.

Considerações finais

Neste artigo, discutimos brevemente como autores e autoras de campos de estudo diferenciados propõem uma interpretação dos atos de fala em suas teorias. Tentamos ainda identificar uma concepção de ciência subjacente a essas apropriações. Mostramos, então, a existência de duas concepções: uma cientificista, liderada por Searle; e outra desconstrutivista, liderada por Derrida. A concepção cientificista caracteriza o primeiro grupo investigado, composto por Searle, Coulthard, Ellis, Dik e Gumperz. O compromisso disciplinar (com a filosofia da linguagem e com a lingüística) exige que esses autores submetam os atos de fala a uma sistematização considerada indispensável para a manutenção da base de cientificidade que caracteriza essas disciplinas. Os traços principais dessa base de cientificidade são, como vimos, a universalidade, o racionalismo, o método experimental, as interpretações quantitativas e a formalização.

No entanto, vale lembrar que esses autores recorrem à teoria dos atos de fala devido à busca por uma concepção mais ampla de linguagem, que a considere não apenas como um instrumento de descrição do mundo, mas como uma forma de ação regida por regras que dizem respeito ao uso, às circunstâncias sociais e aos sujeitos envolvidos nessa ação. Todos esses campos de estudo – análise do discurso anglo-saxã, aquisição de segunda língua, funcionalismo e sociolingüística – já estão, de certa forma, fazendo uma crítica interna à ciência lingüística. Eles buscam na filosofia uma solução para o problema do significado, que foi tradicionalmente negligenciado pela lingüística. Acontece que adotar a proposta austiniana tal qual ela é apresentada em *How to do things with words* significaria ter que transgredir uma lingüística que até agora tem oferecido métodos e técnicas para resolver alguns problemas de descrição da linguagem. Esses autores reconhecem que Austin revolucionou em certos aspectos a discussão do significado, mas demonstram que, para entrar na lingüística, os atos de fala precisam ser submetidos à visão de ciência que permeia essa disciplina. Essa visão, como defendemos aqui, ainda é cientificista em certos aspectos. Em suma, a lingüística (aqui representada por Coulthard, Ellis, Dik e Gumperz) tenta colocar Austin dentro do paradigma da ciência normal. Para chegar a esse objetivo, ela recorre à versão sistematizada dos atos de fala, que é a proposta de Searle.

A visão desconstrutivista, que surge com Derrida e atravessa as argumentações de Felman e Butler, tem como característica fundamental o compromisso com a crítica. Tendo em vista essa tendência para o pensamento crítico e para a busca das falhas e dos “desfuncionamentos” do texto (DOSSE, 1994, p. 38), é de se esperar que a desconstrução de Austin aponte mais as falhas que os avanços obtidos por esse filósofo. Felman leva isso ao extremo ao considerar a obra de Austin original e subversiva justamente por expor a possibilidade da falha. Por outro lado, Derrida e Butler, exploram a possibilidade de ruptura propiciada por sua visão de linguagem e teoria, que, de certa forma, deixa aberta uma brecha para a subversão da verdade, da referência, da intencionalidade, da comunicação.

Referências

- AUSTIN, John. L. **How to do things with words**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.
- COULTHARD, Malcolm. **An introduction to discourse analysis**. Harlow: Essex, Longman, 1985.
- DERRIDA, Jacques. Assinatura acontecimento contexto. In: _____. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991a. p. 11-37.
- DERRIDA, Jacques. Limited inc. a b c. In: _____. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991b. p. 39-148.
- DERRIDA, Jacques. Em direção a uma ética da discussão. In: _____. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991c. p. 149-212.
- DIK, Simon C. **The theory of functional grammar**: Pt. I – The structure of the clause. Ed. by Kees Hengeveld. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997a.
- DIK, Simon C. **The theory of functional grammar**: Pt. II – Complex and derived constructions. Ed. by Kees Hengeveld. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997b.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.
- ELLIS, Rod. **The study of second language acquisition**. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- FELMAN, Shoshana. **The scandal of the speaking body**: Don Juan with J. L. Austin, or seduction in two Languages. Translated by Catherine Porter. Stanford, California: Stanford University Press, 2003.

- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Tradução de Octanny S. da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Francisco Alves, 1977.
- FEYERABEND, Paul. Consolando o especialista. In: MUSGRAVE, Alan (Ed.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979. p. 244-284.
- GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- POPPER, Karl Raimund. **Conjecturas e refutações: pensamento científico**. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Dos dizeres diversos em torno do fazer. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.6, n. 2, p. 223-254, 1990.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil; ARROJO, Rosemary. Searle e a noção de literalidade. In: ARROJO, Rosemary. **O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino**. Campinas, SP: Pontes, 1992. p. 113-121.
- SEARLE, John. R. Reiterating the differences: A reply to Derrida. **Glyph**, Baltimore, v. 1, p. 198-208, 1977.
- SEARLE, John. R. **Speech acts: an essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.